



O local é considerado um refúgio da vida silvestre na ilha

Florianópolis deve apresentar plano de manejo do Morro do Lampião

A 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) manteve a decisão que obriga o município de Florianópolis e a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) a concluir e implementar o Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Municipal do Morro do Lampião, no sul da ilha, após negar o recurso contra a tutela concedida em ação civil pública. A medida determina a publicação do plano em até 90 dias, a apresentação de um cronograma de execução em 180 dias, a designação de servidores para a fiscalização exclusiva da unidade e a suspensão do ingresso de pessoas e de atividades comerciais na área. A relatora afirmou que o plano depende de aprovação formal e publicação para produzir efeitos, destacou que o prazo previsto na legislação municipal expirou em novembro de 2023.

TCE-PR recomenda mudanças ao DER-PR

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) recomendou ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) e à Agência de Fomento do Paraná mudanças nos procedimentos de contratações diretas, após a realização de auditorias de conformidade. As medidas incluem formalização dos processos, pesquisas de preços com rastreabilidade e reforço do planejamento das contratações. As recomendações foram homologadas no Acórdão nº 1.230/26, após análise da legalidade dos processos.



Uma auditoria apontou falhas em contratações diretas

Colombo lidera cultivo de hortaliças no PR

Colombo (PR) ocupa o primeiro lugar entre os principais polos de cultivo de hortaliças do Paraná, segundo levantamento da imobiliária Earcge Rural. O estudo estima em R\$ 1,2 bilhão o potencial econômico da atividade no município, que supera Araucária, São José dos Pinhais e Londrina. A pesquisa destaca a produção de verduras, legumes e mudas, impulsionada pela agricultura familiar e voltada ao abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba e de outras cidades. A análise utilizou a norma ABNT NBR 14653-3.

Curitiba se destaca em mobilidade urbana

Curitiba (PR) registrou tempo médio de 49 minutos no transporte coletivo, 21% abaixo da média das 21 regiões metropolitanas avaliadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), feito em parceria com o Ministério das Cidades, aponta média de 51,9 minutos na Região Metropolitana de Curitiba, o que coloca a região entre as seis menores médias do país.

Adoção de animais

A Secretaria dos Direitos dos Animais da prefeitura do Rio Grande (RS) disponibilizou um catálogo com cavalos que podem ser adotados. Os animais foram recolhidos após abandono em vias públicas, casos de maus-tratos ou deixados pelos responsáveis. O serviço será ampliado nas próximas semanas, com cães e gatos incluídos na lista.

Campeonato de Futsal

O Campeonato Citadino de Futsal de Itajaí (SC) começa nesta segunda-feira (3), às 19h15, no SEST SENAT, com jogos das categorias Veteranos e Feminino. A edição de 2026 reunirá 21 equipes e 40 partidas, com finais previstas para o próximo dia 27. A competição integra o calendário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer (FMEL).

Multivacinação 2026

A prefeitura de Cascavel (PR) inicia hoje (3) a Campanha de Multivacinação 2026, que segue até 1º de setembro. A ação atende crianças e adolescentes. As unidades de saúde vão conferir as cadernetas e aplicar doses atrasadas nas unidades. O Dia D está marcado para o próximo dia 22, conforme o Calendário Nacional de Vacinação.

Saúde itinerante

A prefeitura de Santa Maria (RS) levará a Unidade Móvel de Saúde a comunidades do município em agosto. Nesta segunda-feira (3), o serviço estará na Colônia Peña, em Santa Flora e no Rincão do Soturno, no Campestre do Menino Deus, amanhã (4), das 8h às 12h. Para atendimento, é preciso levar o Cartão SUS e o documento de identificação.

Bibliotecas selecionadas

As Bibliotecas Públicas Municipais Prefeito Rolf Colin e Papa João Paulo II, de Joinville (SC), tiveram um projeto selecionado no Edital Proler Bibliotecas 2026, do Ministério da Cultura. Com isso, passam a integrar a Rede Proler, recebem o Selo Proler e participarão de formações e acompanhamento técnico para desenvolver a iniciativa.

Família Acolhedora

O programa Família Acolhedora oferece 33% das vagas de acolhimento para crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu (PR). A iniciativa é realizada pela Associação Fraternidade Aliança (AFA), em parceria com a prefeitura, e atende casos de afastamento familiar por decisão judicial. O serviço é temporário e realizado por equipes técnicas.



DPE-PR concluiu a força-tarefa após tornado no Paraná

Defensoria atua para atender atingidos por tornado

Cinco mil atendimentos no Paraná foram feitos desde novembro de 2025

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) concluiu a primeira fase da força-tarefa realizada em Rio Bonito do Iguaçu após o tornado que atingiu o município em 7 de novembro de 2025.

Desde o início da atuação, a instituição realizou cerca de 5 mil atendimentos à população afetada. A etapa presencial foi encerrada na última quarta-feira (29), mas o acompanhamento continuará por meio de atendimentos realizados online e da articulação com serviços parceiros.

O tornado destruiu cerca de 90% da cidade, deixou aproximadamente 500 pessoas desalojadas e outras 16 desabrigadas. Diante dos danos, a prefeitura e o Governo do Paraná decretaram estado de calamidade pública. Dois dias após o desastre, equipes da DPE-PR de Curitiba, Guarapuava, Cascavel e outras cidades chegaram ao município para prestar atendimento jurídico, psicológico e social.

As primeiras ações foram voltadas às demandas emergenciais em abrigos, postos de saúde e assentamentos.

Entre as prioridades da ação estavam o acesso a benefícios, programas de reconstrução, assistência social, emissão de documentos e orientação jurídica para as

famílias atingidas.

Um dos principais trabalhos foi a regularização da documentação civil. Por meio do sistema CRC-JUD, moradores conseguiram reemitir certidões de nascimento e casamento perdidas durante o tornado. A recuperação desses documentos permitiu o cadastramento em programas oficiais de auxílio financeiro e facilitou o acesso a outros serviços públicos.

Segundo a DPE-PR, o sistema institucional registrou milhares de procedimentos em áreas como direito do consumidor, renegociação de dívidas, saúde e cadastramento social. A instituição informou, porém, que o número não representa toda a atuação realizada, já que a falta de internet e o grande volume de atendimentos presenciais impediram o registro imediato de todos os casos nos primeiros dias da força-tarefa.

Além do atendimento individual, a Defensoria expediu recomendações para garantir a continuidade do Cadastro Único (CadÚnico), articulou ações com o Ministério Público do Estado do Paraná para a destinação de entulhos e acompanhou medidas para evitar preços abusivos no comércio local durante o período de calamidade.